

CARTA DO COLETIVO REPARAÇÃO SOCIOAMBIENTAL DAS REGIÕES 1 E 2 DA BACIA DO PARAOPEBA

Às Instituições de Justiça - Ministério Público Estadual, Ministério Público Federal, Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais

Ao Estado de Minas Gerais - Comitê Gestor Pró Brumadinho

O Coletivo de Reparação Socioambiental, composto por atingidos e atingidas organizados das regiões 1 e 2 da Bacia do Rio Paraopeba, tem como seus objetivos avaliar, discutir, construir criticamente e coletivizar o debate sobre a elaboração e o desenvolvimento do Plano de Reparação Socioambiental da Bacia do Paraopeba.

Em nossas reuniões viemos construindo a análise sobre tal Plano, também motivado pela solicitação das Instituições de Justiça às 3 Assessorias Técnicas Independentes (ATIs) da Bacia do Paraopeba, para elaboração de um relatório técnico - o Produto K, sobre a visão dos atingidos/as em relação ao Plano de Reparação Socioambiental da Bacia do Paraopeba que está sendo construído pela empresa ARCADIS em nome da Vale. Em resposta à produção e envio do Produto K pelas ATIs às Instituições de Justiça, este coletivo endereça aos compromitentes do Acordo a análise crítica desse processo, construída a partir de nossos acúmulos e preocupações, levando em consideração que:

- As pessoas atingidas deste Coletivo não compreendem a ARCADIS como uma empresa idônea. Reforçam novamente a falta de confiabilidade da empresa, que já estava no território antes mesmo do Acordo ser firmado e já fazia levantamento de informações no território como subcontratada da Vale.
- As pessoas atingidas não conhecem o Plano de Reparação Socioambiental: os documentos são construídos e discutidos em sigilo entre ARCADIS e Vale; são mais de 10 mil páginas de documentos no Plano; foram discutidas entre as pessoas atingidas apenas questões pontuais até o momento, discussão realizada em conjunto com a Assessoria Técnica; sabemos algumas informações pontuais sem entendimento do impacto dessas obras e que tipo de agravamentos elas geram.
- Falta de transparência em todas as ações, propostas e/ou executadas pela ARCADIS nos territórios atingidos.
- Entendemos que há total falta de transparência com relação aos dados utilizados e na construção do Plano de Reparação Socioambiental como um todo. Os relatórios que estão sendo produzidos sem a participação dos atingidos e atingidas são atualizados constantemente sem

que saibamos quais informações e dados foram alterados nas mais de 10 mil páginas de documentos. Não existe um banco de dados que a ARCADIS está utilizando e que possa ser acessado pelas pessoas atingidas, bem como não existem diversas ferramentas necessárias para o acesso à informação (site com todos os dados e relatórios; comunicação constante nos territórios atingidos feita pela própria ARCADIS; cartilhas, folders e outros documentos informativos em linguagem acessível; entre outros) que permitam o acesso à informação à todas as pessoas, independentemente do grau de instrução, alfabetização, acesso à internet, moradia em zona urbana ou rural, etc.

- As pessoas atingidas das regiões 1 e 2 que compõem este coletivo não se sentem representadas e não identificam que seus interesses estejam sendo levados em conta no processo de reparação socioambiental. Tampouco sentem que as Instituições de Justiça estejam garantindo adequadamente que as comunidades atingidas sejam representadas no Plano, nos fazendo sentir como meros espectadores/as.
- As Instituições de Justiça não estão respondendo adequadamente às solicitações de reuniões e respostas à ofícios e outros documentos enviados pelas pessoas atingidas. Estamos nos aproximando novamente do dia 25 de janeiro. Já se passaram 4 anos do rompimento e a reparação não chegou, estamos no mesmo lugar e a vida está piorando.
- A empresa ARCADIS em momento algum da construção do Plano dialogou com as comunidades atingidas, Comissões e Coletivos organizados nos territórios que são organizações legítimas e que acompanham todo o processo de reparação desde o rompimento da barragem da Vale em Brumadinho.
- Falta de estabelecimento de um sistema de governança sobre a reparação socioambiental da Bacia do Paraopeba que inclua as comunidades atingidas e suas legítimas representações coletivas, como acontece no Anexo 1.1. Entendemos que todo o debate que vêm sendo feito sobre o Anexo que propõe a reparação socioambiental na Bacia exclui as pessoas atingidas de qualquer participação direta no processo de elaboração, execução, monitoramento e correção de rumos na efetivação do Plano de Reparação Socioambiental da Bacia do Paraopeba. É importante ressaltar que a falta de governança permite que a ARCADIS faça diálogos individualizados e pontuais, dando a entender que estaria levando em consideração o entendimento das pessoas atingidas, o que não condiz com a realidade.
- As pessoas atingidas denunciam a falta de participação em todo processo do Plano de Reparação Socioambiental da Bacia do Paraopeba. Lembramos que a participação é um direito e um dos princípios básicos da reparação integral. Nós, atingidos e atingidas, não podemos ser espectadores do espetáculo entre Vale e o Estado de Minas Gerais. Entendemos que existe uma falta de um fluxo informações, apresentação de demandas e reuniões entre os atores no processo de reparação socioambiental, de modo a garantir que os atingidos e atingidas de toda a Bacia

tenham o acesso necessário a informações básicas e participação informada. Uma possibilidade seriam reuniões periódicas com as pessoas atingidas. É importante garantir o direito à informação e participação das pessoas atingidas, uma das formas é a realização, de forma organizada, comunicando e agendando previamente, reuniões e visitas técnicas nas comunidades para levantamento dos danos com as pessoas atingidas, e com a preocupação de traduzir as questões técnicas para consensos e linguagem acessível para as pessoas atingidas.

- Nos preocupamos com as visitas realizadas por parte da ARCADIS, seja na sua não realização na maioria dos territórios, seja em reuniões que nos parecem feitas de forma meramente burocrática, com perguntas confusas e sem uma equipe da empresa que tenha capacidade de esclarecer as dúvidas das pessoas atingidas.
- Entendemos coletivamente que, apesar do Produto K ser um dos documentos no processo, o debate sobre diversas questões que constam no Plano de Reparação Socioambiental da Bacia do Paraopeba deve continuar a ser feito com tempo suficiente e abrangendo cada vez mais a população atingida. Este processo de continuidade das discussões, entendimento do Plano, construção da crítica a ele e de outras demandas das pessoas atingidas é fundamental para a participação das pessoas no processo.
- No Produto K temos levantados dados apenas de pessoas atingidas que compõem os coletivos (lideranças comunitárias). Enquanto integrantes do coletivo ainda temos diversas dúvidas a respeito do Plano de Reparação Socioambiental da Bacia do Paraopeba, quem não está nesses espaços tem um conhecimento ainda mais baixo e não tem ideia de qual é o papel da ARCADIS e a propostas de reparação que apresentam. Entendemos que ainda foram realizados poucos espaços de diálogo sobre reparação socioambiental (o que é reparação socioambiental, quais são os danos, como repará-los, etc), de forma a dialogar com mais pessoas atingidas.
- Uma questão que nos aflige é a indefinição do escopo das assessorias técnicas independentes com a pactuação dos Planos de Trabalho das mesmas, onde conste a previsão da continuidade das discussões e proposições com centralidade nas propostas vindas das pessoas atingidas com foco na reparação socioambiental, onde a construção do Plano de Reparação Socioambiental da Bacia do Paraopeba se insere.
- Entendemos que existe uma relação direta entre a dinâmica de vida das pessoas dentro e fora de 1km das margens do Rio Paraopeba. O Plano de Reparação Socioambiental ignora as comunidades que estão além desse 1 km. Tais pessoas não estão sendo contempladas no Plano ARCADIS, mas também são pessoas atingidas e precisam ser ouvidas.
- Em relação a remoção da lama depositada nas comunidades com as enchentes 2022, de acordo com um termo de compromisso e cooperação assinado entre a Vale e os comprometentes, a empresa ficou com a responsabilidade de fazer essa retirada. Mas terceirizou para as prefeituras a execução dessa responsabilidade. Até hoje, dezembro de 2022, muitas áreas de plantio e

quintais estão cobertas com lama, o que tende a piorar com o período de chuvas se aproximando novamente.

Solicitações:

- 1) Garantia da participação a partir da construção junto aos atingidos e atingidas da Bacia do Paraopeba de um fluxo de comunicação e reuniões entre os atores do processo de discussão e construção da reparação socioambiental da Bacia, assim como de um sistema de governança participativo que seja baseado na centralidade do sofrimento da vítima, direito conquistado e consolidado no processo de reparação integral.
- 2) Garantia de ampla discussão sobre o Anexo 2 dentro do escopo de trabalho das ATIs. Tal garantia deve prever a construção participativa de espaços coletivos e ampliação do debate sobre a reparação socioambiental que queremos.
- 3) Garantia de esclarecimento do que já foi feito pela ARCADIS desde o começo da atuação na elaboração do PRSABP e da criação de um processo amplo de comunicação sobre o Plano pela própria empresa ARCADIS e o que a mesma irá fazer para garantir a participação da população atingida.
- 4) Garantia da realização de reuniões presenciais dos Compromitentes (Instituições de Justiça e Estado) com as pessoas atingidas para esclarecer qual é a proposta de reparação socioambiental, quem é a empresa contratada para a elaboração do PRSA, e o que querem com esse processo.
- 5) Garantia de que a empresa Arcadis compartilhe a listagem completa de quais empresas prestam serviços pra ela (análises ambientais e outros serviços) no território.
- 6) Garantia da implementação de ferramentas de comunicação que entendam a diversidade das pessoas e comunidades atingidas, como um site que organize e democratize as informações sobre as diversas atualizações do Plano de Reparação Socioambiental, seus dados, sobre o que está planejado e em andamento; um cronograma de reuniões e visitas técnicas nas comunidades atingidas para levantamento dos danos, e discussão e comunicação das ações já realizadas, planejadas e em andamento. Considerar a comunicação com as zonas rurais e ações massivas de explicação em linguagem acessível nas comunidades.
- 7) Envio das propostas curto e médio prazo referente a remoção dos rejeitos, inclusive trazidos pelas enchentes de 2021/2022 e 2022/2023, e como será a discussão sobre a retomada do uso das áreas atingidas a partir da construção com as comunidades atingidas.